

Relatório sobre os Rastreamentos de Amas de Fogo Apreendidas nos Estados Brasileiros

Projeto

“MAPEAMENTO DO COMÉRCIO E TRÁFICO ILEGAL DE ARMAS NO BRASIL”

Relatório elaborado pela Oscip VIVA COMUNIDADE, em parceria com a Subcomissão Especial de Armas e Munições, da Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados (CSPCCO), com o apoio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) do Ministério da Justiça (MJ).



Comissão de
Segurança
Pública e
Combate ao
Crime
Organizado



Apoio:

Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci)

Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp)

Ministério da Justiça

Rio de Janeiro

Setembro de 2010

Ministério da Justiça

Ministro da Justiça:

Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

Secretário Nacional de Segurança Pública:

Ricardo Brisolla Balestreri

Coordenadora Geral de Ações de Prevenção em Segurança Pública, Senasp

Cristina Gross Villanova

Sub-Comissão de Armas e Munições da Câmara Federal

Presidente:

Deputado Raul Jungmann

Viva Comunidade / Overview Pesquisa

Coordenador do Projeto:

Antônio Rangel Bandeira (Viva Comunidade)

Chefe de Pesquisa:

Pablo Dreyfus *in memoriam* (Viva Comunidade)

Pesquisadores:

Júlio Cesar Purcena (Viva Comunidade)

Marcelo de Sousa Nascimento (Overview Pesquisa)

Assistentes de Pesquisa:

André Luís da Silva Nunes (Overview Pesquisa)

Natasha Leite de Moura (Viva Comunidade)

Sumário:

1. Introdução.....	4
2. Antecedentes	5
3. Metodologia.....	7
4. Análise dos dados	9
5. Conclusão	28
Referências bibliográficas	29

1. Introdução

O objetivo da presente pesquisa, iniciada em outubro de 2008, é analisar as informações sobre armas de fogo apreendidas em situação ilegal pelas forças de segurança pública nos estados brasileiros, e avaliar o desempenho de cada estado no controle dessas armas sob sua tutela. A pesquisa visa tornar possível o rastreamento destas armas ilegais, de forma a identificar os canais de seu desvio do mercado legal para o ilegal. A partir destas informações e análises, foi possível elaborar um mapeamento dos principais desvios e entradas de armas no circuito ilegal, permitindo, assim, fornecer informações ao governo federal e aos governos estaduais, para que atuem com maior eficácia no combate ao referido tráfico, que abastece de armas a criminalidade.

O objetivo específico deste trabalho foi consolidar um conjunto de informações sobre rastreamentos realizados nos últimos anos e, desta forma, traçar um quadro que aponte a origem das armas de fogo apreendidas nos estados brasileiros. O presente relatório contou com os dados das principais fontes de informações sobre a matéria: secretárias estaduais de segurança pública, tribunais de justiça dos estados, Departamento de Polícia Federal e Exército Brasileiro, além dos fabricantes de armas de fogo e agências responsáveis pelo controle na Argentina, Áustria e EUA.

A justificativa para produção deste relatório surgiu da necessidade de se conhecer como se estruturam as principais fontes de abastecimento de armas de fogo envolvidas em situações delituosas. O que foi motivado pela análise das armas de fogo rastreadas pela CPI das Armas, ao constatar que 68% das armas tinham sido vendidas para o mercado civil interno no Brasil; 18% para instituições do poder público e 14% tinham sido exportadas. Entretanto, a análise que fizemos para a CPI se concentrou nas informações do estado do Rio de Janeiro. O atual estudo é muito mais abrangente, e abarca todos os estados brasileiros. Ele busca orientar possíveis caminhos para o aperfeiçoamento da política de controle doméstico de armas de fogo, a reformulação da nada transparente política de exportações de armas do Brasil, assim como a cooperação do Brasil com os seus vizinhos no campo policial e na modernização das leis de controle de armas e munições.

Aqui se utiliza uma metodologia que consistiu em processar os dados sobre armas apreendidas e compará-los com as respostas de rastreamentos fornecidas pelas fábricas e pelas instituições de fiscalização nacionais (Exército Brasileiro e Polícia Federal) e internacionais. As respostas foram analisadas para determinar o caminho seguido pela arma até sua entrada na ilegalidade, que foi configurada com a apreensão. Os dados das respostas serão apresentados em forma de tabelas, apontando as unidades da federação de apreensão da arma de fogo.

2. Antecedentes

A Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Organizações Criminosas do Tráfico de Armas (CPI das Armas) da Câmara dos Deputados, entre 2005 a 2006, com a assessoria técnica do Viva Rio, conseguiu rastrear o destino de cerca de 19 mil armas que haviam sido apreendidas no estado do Rio de Janeiro. Com a colaboração do Exército Brasileiro, através da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC), do Departamento de Polícia Federal e dos fabricantes brasileiros de armas – Forjas Taurus, Amadeo Rossi, CBC e IMBEL, buscou-se revelar o primeiro comprador dessas armas, antes de serem desviadas para a ilegalidade. De 78 mil armas de fogo de fabricação nacional apreendidas no Rio de Janeiro entre 1998 e 2003, as fábricas conseguiram rastrear 10.549 e a Polícia Federal 8.422 (Brasil. Câmara dos Deputados, 2006).

Segundo as respostas dos fabricantes, entre as armas de fogo rastreadas, a maior parte do desvio para a ilegalidade foi de armas vendidas originalmente no mercado civil interno dentro do próprio estado, principalmente para o comércio especializado localizado na Região Metropolitana do Rio. Em relação às armas vendidas para o poder público, a maior parte foi de vendas de armas de uso privado para policiais militares. Por último, sobre as armas vendidas no exterior, destacou-se a entrada de armas brasileiras de uso restrito que tinham sido exportadas, especialmente as vendidas para o Paraguai (Brasil. Câmara dos Deputados, 2006). A Polícia Federal, por sua vez, conseguiu rastrear 8.422 armas até o usuário final, isto é, até a pessoa física ou jurídica que comprou a arma. Segundo esse rastreamento, 74% das armas tinham sido

compradas por pessoas físicas e 25% por empresas de segurança privada, no Rio de Janeiro.

A Subcomissão de Armas e Munições (Subcom) da Comissão de Segurança Pública Contra o Crime Organizado (CSPCCO), da Câmara dos Deputados, em 2007, a partir das solicitações feitas anteriormente pela CPI das Armas, deu continuidade à produção de relatórios sobre rastreamentos, com a assessoria técnica do Viva Rio. Desta forma, elaborou análise sobre rastreamentos de armas de fogo de origem brasileira apreendidas no estado de São Paulo. Seguindo o exemplo bem sucedido da CPI das Armas, a Subcom solicitou às autoridades competentes listagens de armas apreendidas, e as encaminhou aos fabricantes de armas brasileiros, para que informassem o primeiro comprador. Assim, foram analisadas mais de 43 mil armas apreendidas no estado de São Paulo entre os anos 2003 e 2006.

Os resultados dos rastreamentos foram os seguintes: o Exército, através do DFPC, enviou respostas sobre 4.200 armas, das quais 71 % correspondem a armas vendidas no mercado interno (lojas localizadas principalmente na região metropolitana de São Paulo); 2% correspondem a vendas para o mercado externo; e 27% correspondem a armas vendidas para o poder público, dentre as quais a imensa maioria (81%) fora vendida para a PM do estado de São Paulo, e tal como no caso do Rio de Janeiro, eram essas de uso privado dos policiais militares.

Finalmente, cabe salientar que estudos realizados indicam que, no caso das armas produzidas no Brasil, existem circuitos internos de desvio de armas que estão relacionados ao furto, roubo ou vendas ilegais de armas de fogo de proprietários legais, sejam essas de entes privados ou estatais (Dreyfus e Nascimento, 2005). Além disso, existe um padrão de reingresso ilegal de armas exportadas para países limítrofes, principalmente aqueles que compõem o MERCOSUL (Dreyfus e Purcena, 2009).

3. Metodologia

O primeiro passo da metodologia deste trabalho foi padronizar as informações de armas de fogo apreendidas nos estados brasileiros e separar aquelas que ofereciam informações passíveis de rastreamentos. O caso do Rio de Janeiro foi tomado como projeto piloto, a partir das informações disponíveis para que fossem elaboradas listagens das armas apreendidas que poderiam ser rastreadas, conforme realizado no âmbito de nosso trabalho para a CPI das Armas ¹. Além do Rio de Janeiro, contamos com informações de Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul e São Paulo.

No caso do Rio de Janeiro, essas listagens foram encaminhadas, inicialmente, pela CPI das Armas e, posteriormente, pela Subcom, que solicitaram aos fabricantes e aos órgãos de fiscalização no Brasil e no exterior que informassem o primeiro comprador dessas armas. Sobre o primeiro comprador, definimos aqueles que fizeram a transação diretamente com a fábrica. Além dos próprios fabricantes, prestaram, ainda, informações sobre rastreamentos, identificando o primeiro comprador: o Exército Brasileiro, no caso das armas nacionais e das armas austríacas; o *Bureau of Alcohol, Tobacco, Firearms and Explosives* (ATF) dos EUA e a Embaixada Argentina, para as armas de fogo produzidas nesses respectivos países.

Sobre os rastreamentos que caracterizaram os usuários finais, os pedidos foram direcionados à Polícia Federal, que respondeu através de consultas ao Sinarm. Sendo assim, foram analisados essencialmente os casos que envolveram a circulação de armas de fogo registradas para civis, embora tenhamos encontrado alguns casos esporádicos de registros externos ou do poder público.

As respostas foram devolvidas à equipe técnica do Viva Rio, inicialmente, e do Viva Comunidade, posteriormente, para que realizassem o procedimento de padronização das informações. Esse processo foi o que consumiu mais tempo na produção do

¹ Entre 1998 e 2003, o Viva Rio estabeleceu convênio com o Governo do Estado Rio de Janeiro para digitalizar os registros de licenças e apreensão entre 1951 e 2003.

relatório, uma vez que se tratava de diferentes órgãos de apreensão de armas, diferentes fabricantes e diferentes órgãos de fiscalização. Além disso, foi necessário realizar a mesma tarefa nas informações sobre armas de fogo apreendidas em função do cruzamento das bases de dados. Ao todo, foram padronizadas cerca de 340 mil informações sobre armas.

Sobre a padronização das variáveis essenciais das armas de fogo, isto é, marca/fabricante, espécie, calibre, modelo, número de série e país de fabricação, recorremos a catálogos de referência para padronizar essas informações, e para dirimir dúvidas sobre uma dessas variáveis (Hogg e Adam, 2000; Stoeger Publishing Company, 2005; Shideler, 2008). Em relação às demais variáveis, a tarefa fundamental foi corrigir os erros de grafia sobre as armas e completar as ausências de informações, como cidade, estado e país de venda.

Além da padronização das informações, tivemos que realizar depurações nos casos informados, já que havia casos de repetições de informações que podem ter sido geradas no momento da resposta realizada por aqueles órgãos consultados. Ainda, estabelecemos critérios para contar as respostas, pois tivemos respostas para a mesma arma de fogo que identificavam o primeiro comprador e o usuário final. Neste caso, o procedimento adotado foi separar esses dois conjuntos de informações (primeiro comprador e usuário final). Desse modo, analisamos as respostas de forma independente.

Os principais obstáculos enfrentados foram estabelecer um padrão de variáveis que deveriam constar nas respostas, além de controlar o envio e o recebimento das listagens de armas de fogo. Conforme mencionamos, nossa equipe gerou as listagens de armas de fogo apreendidas que poderiam ser rastreadas, à medida que chegavam dados dos estados, em resposta aos questionários aplicados durante a CPI das Armas e da Subcom. Uma vez recebidas as informações sobre armas apreendidas, eram elaboradas as listagens para rastreamentos encaminhadas por esses parceiros aos responsáveis pela produção ou fiscalização das armas de fogo. Sendo assim, a capacidade de analisar as informações de rastreamento dependeu da resposta dos órgãos de segurança pública responsáveis pelas apreensões e dos órgãos de

fiscalização da produção e comércio no Brasil e exterior, demora que influenciou no tempo de elaboração deste relatório.

Sobre os rastreamentos respondidos, essas informações nem sempre contemplaram a identificação do comprador, seja o primeiro ou o final, tampouco a localidade desses compradores. Em alguns casos, os fabricantes alegaram que as armas de fogo eram bastante antigas, e por isso não existiriam registros disponíveis; em outros, faltavam mais variáveis, como modelo da arma, para buscar o registro de forma satisfatória; e tivemos também problemas como um alegado incêndio dos registros de vendas, que teria impedido a fabricante Taurus de proceder os rastreamentos de muitas armas apreendidas no estado do Rio de Janeiro.

Sobre a idade das armas apreendidas, de fato, parte das armas de fogo de origem nacional, especialmente os revólveres de calibre .32, foram fabricados há bastante tempo, pois identificamos que uma boa parte dessas armas tinha o número de série com padrão numérico. Então, no caso das armas de fogo da marca Taurus, elas foram produzidas antes de 1981 e as da marca Rossi antes de 1974. Conforme foi destacado na pesquisa *Estoques e Distribuição de Armas de Fogo no Brasil* (Nascimento e Purcena, 2010), os registros se tornaram obrigatórios a partir da década de 1980, e começaram a ser centralizados em 1997, porém de forma obrigatória e consistente só a partir de 2003. Por essa razão, a cobertura das respostas oferecidas pelo Sinarm pode ter sido limitada.

4. Análise dos dados

Na tabela 1, descrevemos, primeiramente, a qualidade das informações recebidas e que geraram listas para rastreamentos. Desta forma, podemos mensurar a capacidade dos fabricantes e dos órgãos de fiscalização de contribuir com dados sobre os passos legais dessas armas de fogo. De acordo com a tabela, apreensão representa 100% porque é a base gerada para avaliação. O percentual acima de 100 nas armas enviadas para rastrear ocorre por causa da adição de outras marcas, que tem ou tiveram em relação com algum fabricante, como é o caso da Imbel em Alagoas.

O Rio de Janeiro responde pela maioria dos casos de rastreamentos e apesar de uma seleção de armas de fogo que tivessem as informações mais completas sobre a identidade desta, por isso, um baixo percentual de armas enviadas para rastreamentos. Mesmo assim, apresentou um baixo percentual de rastreamento respondido e uma das alegações foi a “idade” das armas de fogo. Fabricantes como a Rossi e a Taurus tiveram dificuldades em concluir as resposta para as armas de fogo com marcação numérica no número de série, o que, de certa forma, revela a “idade” das armas. Além disso, a Taurus informou que houve um incêndio que destruiu parte das informações de vendas anteriores a 1997.

São Paulo, por outro lado, apresentou os maiores percentuais de armas enviadas para rastreamentos. Isso porque a listagem de armas apreendidas enviadas pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo apresentou um índice baixo de correção nas informações, um item analisado no Ranking dos Estados no Controle de Armas (Dreyfus, Nascimento e Purcena, 2010). Em função disso, possivelmente, o maior percentual de rastreamento foi verificado em São Paulo nas armas marca Imbel (90,4%), além disso, a Imbel foi de maneira geral a marca com maior percentual de resposta de rastreamento.

Dentre os menores casos de rastreamentos respondidos, após a exclusão daquelas marcas que não tiveram resposta, paradoxalmente, foi a Imbel no Distrito Federal, que só teve 0,5% de resposta. Considerando os quatro maiores fabricantes, a média de rastreamentos respondidos foi de 14% para CBC, 16% para Taurus, 19% para Rossi e 27% para Imbel.

Tabela 1 – percentual de rastreamentos de armas de fogo respondidos segundo o primeiro comprador, por marca e UF de apreensão:

UF	Etapa	Boito	Caramuru	Castelo	CBC	Chapina	FAM	Imbel *	INA	Lerap	Rossi	Taurus	Urko	URU
AL														
	Apreendidas	100,0	100,0	100,0	100,0	-	-	100,0	100,0	-	100,0	100,0	-	-
	Enviadas para rastreamentos	85,7	-	-	81,5	-	-	133,3	-	-	76,7	83,8	-	-
	Rastreamentos respondidos	-	-	-	9,1	-	-	-	-	-	18,0	-	-	-
BA														
	Apreendidas	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	100,0	100,0	-	100,0	100,0	100,0	-
	Enviadas para rastreamentos	100,0	-	-	100,0	-	-	100,0	-	-	100,0	100,0	-	-
	Rastreamentos respondidos	3,7	-	-	2,3	-	-	63,6	-	-	-	9,7	-	-
DF														
	Apreendidas	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-
	Enviadas para rastreamentos	81,2	-	-	87,3	-	-	88,3	0,4	-	82,5	85,8	-	-
	Rastreamentos respondidos	-	-	-	30,0	-	-	0,5	-	-	47,0	18,8	-	-
GO														
	Apreendidas	100,0	100,0	100,0	100,0	-	-	100,0	100,0	-	100,0	100,0	100,0	-
	Enviadas para rastreamentos	100,0	-	-	100,0	-	-	100,0	-	-	100,0	100,0	-	-
	Rastreamentos respondidos	-	-	-	-	-	-	33,3	-	-	-	14,5	-	-
MA														
	Apreendidas	-	100,0	-	-	-	-	-	100,0	-	100,0	100,0	-	-
	Enviadas para rastreamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	89,1	92,6	-	-
	Rastreamentos respondidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14,6	4,0	-	-
MS														
	Apreendidas	100,0	100,0	100,0	100,0	-	-	100,0	100,0	-	100,0	100,0	100,0	-
	Enviadas para rastreamentos	100,0	100,0	100,0	100,0	-	-	100,0	100,0	-	100,0	100,0	100,0	-
	Rastreamentos respondidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15,3	-	-
PA														
	Apreendidas	100,0	-	100,0	100,0	-	-	100,0	100,0	-	100,0	100,0	-	-
	Enviadas para rastreamentos	80,0	-	-	100,0	-	-	40,0	-	-	65,3	59,8	-	-
	Rastreamentos respondidos	-	-	-	50,0	-	-	-	-	-	24,7	12,3	-	-
PE														
	Apreendidas	100,0	100,0	-	100,0	-	100,0	100,0	100,0	-	100,0	100,0	100,0	-
	Enviadas para rastreamentos	96,6	-	-	98,4	-	-	100,0	-	-	92,1	95,0	-	-
	Rastreamentos respondidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	55,7	25,0	-	-
PI														
	Apreendidas	100,0	100,0	-	100,0	-	-	100,0	100,0	-	100,0	100,0	-	-
	Enviadas para rastreamentos	83,3	-	-	70,0	-	-	100,0	-	-	75,0	81,5	-	-
	Rastreamentos respondidos	-	-	-	28,6	-	-	-	-	-	24,2	12,0	-	-
RJ														
	Apreendidas	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Enviadas para rastreamentos	55,2	35,4	14,7	57,5	16,7	2,8	50,1	17,8	17,5	56,9	55,1	50,2	56,6
	Rastreamentos respondidos	-	-	-	17,6	-	-	60,1	1,0	-	17,3	26,4	-	-
RS														
	Apreendidas	100,0	-	-	100,0	-	-	100,0	-	100,0	100,0	100,0	100,0	-
	Enviadas para rastreamentos	100,0	-	-	100,0	-	-	100,0	-	-	98,9	100,0	-	-
	Rastreamentos respondidos	-	-	-	-	-	-	50,0	-	-	-	36,1	-	-
SP														
	Apreendidas	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Enviadas para rastreamentos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Rastreamentos respondidos	-	-	-	13,3	-	-	90,4	0,6	-	27,6	18,2	-	-

Nota: *Foram incluídos fuzis FAL para o estado do RJ. Foram incluídas submetralhadoras INA para os estados de AL, DF, MS, RJ e SP. Foram incluídas pistolas Springfield Armory para o estado de SP.

Fontes: dados elaborados pelos autores a partir de informações das SSPs de AL, BA, DF, GO, MA, MS, PA, PE, PI, RJ, RS e SP; CBC, Imbel, Rossi e Taurus; e DFPC/ Exército Brasileiro.

Em relação às armas de fogo de origem estrangeira apreendidas no Rio de Janeiro, e que tiveram rastreamentos respondidos, somente constam Argentina, Áustria, China, Espanha, EUA, Israel, Itália e Suíça. Desses países, segundo a tabela 2, a Áustria teve 97,7% de respostas. Contudo, os EUA, que tiveram 74%, também apresentaram alguns casos de respostas oferecidas pela ATF. Possivelmente, isso ocorreu porque alguns dos países listados também produzem armas dentro dos EUA. O terceiro maior percentual ficou por conta da Argentina, com 20,4% de respostas. Os demais países tiveram respostas oferecidas pelo Exército Brasileiro, provavelmente, por essa razão, apresentaram menores percentuais, já que o Exército controla somente aquelas importadas legalmente.

Tabela 2 – percentual de rastreamentos de armas de fogo respondidos segundo primeiro comprador por país de fabricação:

País de fabricação	RJ		
	Apreendidas	Enviadas para rastreamentos	Rastreamentos respondidos
Alemanha	100,0	18,4	-
Argentina	100,0	54,2	20,4
Áustria	100,0	55,8	97,7
Bélgica	100,0	10,0	-
Chile	100,0	65,4	-
China	100,0	71,6	1,7
Coréia do Sul	100,0	100,0	-
Espanha	100,0	22,7	1,8
EUA	100,0	41,2	74,0
França	100,0	35,8	-
Israel	100,0	74,1	1,5
Itália	100,0	36,5	0,2
Polônia	100,0	60,0	-
Republica Tcheca	100,0	48,3	-
Romênia	100,0	-	-
Rússia	100,0	36,7	-
Suécia	100,0	50,0	-
Suíça	100,0	118,8	15,8

Fontes: dados elaborados pelos autores a partir de informações das SSP do RJ e ATF, DFPC/ Exército Brasileiro Embaixada da Argentina.

A tabela 3 apresenta as armas de fabricação nacional segundo o país de venda e a UF de apreensão. Como podemos observar, o Brasil possui o maior percentual de venda interna de armas de fabricação nacional, sendo o maior percentual de apreensões em Goiás (95,3%) e o menor em Alagoas (51,5%). O Paraguai é o segundo país de venda de armas de fabricação brasileira para o mercado do Brasil, sendo o estado do Mato Grosso do Sul (28,13%) o com maior percentual de apreensões. O percentual de armas sem a informação do país de venda foi alto, variando de 0,03% no Rio de Janeiro (mais baixo) a 47,06% em Alagoas.

Tabela 3 - armas de fogo rastreadas de fabricação nacional segundo o país de venda do primeiro comprador por UF de apreensão:

País de venda	UF de apreensão											
	AL	BA	DF	GO	MA	MS	PA	PE	PI	RJ	RS	SP
África do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,05	-	0,03
Alemanha	-	-	0,07	-	-	-	-	-	-	0,07	-	0,01
Argentina	-	0,79	0,07	-	-	-	-	-	-	1,27	-	0,07
Áustria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,04	-	0,07
Bélgica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,03	-	0,04
Bolívia	-	-	0,03	-	-	-	-	-	-	0,03	-	-
Botswana	-	-	0,03	-	-	-	-	0,25	-	0,01	-	-
Brasil	51,47	93,70	73,58	95,35	63,64	71,88	71,59	84,69	90,74	85,88	89,80	82,22
Canadá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,10	-	-
Chile	-	-	0,03	-	-	-	-	-	-	0,02	-	0,10
Costa Rica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,01	-	0,01
Djibouti	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,01	-	-
El Salvador	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,06	-	-
Espanha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,02	-	0,01
EUA	-	0,79	0,20	-	-	-	1,14	0,74	-	0,77	-	0,21
Filipinas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,01	-	0,01
França	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,01	-	0,03
Guatemala	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,09	-	0,03
Israel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,01	-	-
Itália	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,01	-	-
Jamaica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,01	-	-
Namíbia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,01
Nicaragua	-	-	0,03	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Panamá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,05	-	-
Paraguai	1,47	4,72	1,60	4,65	-	28,13	-	1,98	1,85	11,10	8,16	1,54
Peru	-	-	-	-	-	-	1,14	-	-	0,02	-	0,06
Sri Lanka	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,04	-	-
Suíça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,01	-	-
Tailândia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,03
Turquia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,01	-	-
Uruguai	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,21	2,04	-
Venezuela	-	-	-	-	-	-	-	0,25	-	0,06	-	0,04
Sem informação	47,06	-	24,35	-	36,36	-	26,14	12,10	7,41	0,03	-	15,47

Fontes: dados elaborados pelos autores a partir de informações das SSPs de AL, BA, DF, GO, MA, MS, PA, PE, PI, RJ, RS e SP; CBC, Imbel, Rossi e Taurus; e DFPC/ Exército Brasileiro.

Na tabela 4, apresentamos as armas de fabricação estrangeira apreendidas no Rio de Janeiro, segundo o país de venda. Entre as armas de fabricação estrangeira, segundo o país de venda, identificamos os EUA com o maior percentual (69,9%), seguidos pelo Paraguai (15,6%) e pelo próprio Brasil (10,4%). Os EUA apresentaram o percentual maior porque grande parte dos casos de rastreamentos foi realizada pela ATF e, naturalmente, se trataram de armas produzidas naquele país. O Paraguai teve a segunda maior participação devido às vendas de armas de fogo norte-americanas naquele país. Em relação ao Brasil, tratou-se de importações para o mercado civil interno.

Tabela 4 – armas de fogo rastreadas de fabricação estrangeira apreendidas no Rio de Janeiro segundo o país de venda do primeiro comprador:

País de venda	UF de apreensão
Alemanha	0,68
Argentina	1,54
Austria	0,06
Belgica	0,03
Bolivia	0,27
Brasil	10,38
Canada	0,06
Colombia	0,12
Costa Rica	0,03
Equador	0,03
EUA	69,93
Filipinas	0,03
França	0,06
Guatemala	0,03
Holanda	0,03
Italia	0,03
Namibia	0,06
Paraguai	15,57
Portugal	0,06
Suíça	0,03
Turquia	0,06
Uruguai	0,33
Venezuela	0,59

Fontes: dados elaborados pelos autores a partir de informações das SSP do RJ e ATF, DFPC/ Exército Brasileiro e Embaixada da Argentina.

De acordo com a tabela 5, o percentual das armas de fabricação nacional, que foram apreendidas na mesma UF, onde foram vendidas ao primeiro comprador, é maior, o que indica que a circulação das armas fica, em sua maioria, na própria UF de venda. Em dois estados, há um percentual idêntico para outra UF geograficamente próxima; Goiás possui 30,23% de apreensões dentro do estado – tendo como origem de venda a própria UF – bem como o Distrito Federal; e Maranhão possui um percentual idêntico para si, 18,18%, e para o estado do Pará. As armas nacionais exportadas, e que retornaram ao país de forma ilegal, tiveram um percentual de apreensão maior nos estados de Mato Grosso do Sul (28,13%), Rio de Janeiro (14,09%) e Rio Grande do Sul (10,20%). Já os estados com maior percentual de apreensão sem informação são: Alagoas (47,06%), Maranhão (36,36%), Pará (26,14%) e DF (24,29%).

Tabela 5 - armas de fogo rastreadas de fabricação nacional segundo UF do primeiro comprador por UF de apreensão:

UF	UF de apreensão												
	AL	BA	DF	GO	MA	MS	PA	PE	PI	RJ	RS	SP	
AC	-	-	0,10	-	-	-	-	0,25	-	0,05	-	0,01	
AL	17,65	0,79	0,33	-	-	-	-	2,47	1,85	0,23	-	0,24	
AM	-	-	0,20	-	-	-	-	0,25	-	0,23	-	0,03	
AP	-	-	0,10	-	-	-	1,14	-	-	0,03	-	0,04	
BA	-	63,78	0,65	-	-	3,13	-	1,73	-	0,36	2,04	0,15	
CE	-	0,79	0,43	-	-	-	1,14	3,21	-	0,15	-	0,17	
DF	1,47	1,57	47,69	30,23	-	-	5,68	0,74	3,70	0,71	-	0,99	
ES	-	-	0,16	2,33	-	-	-	0,25	-	0,95	-	0,17	
GO	-	1,57	10,64	30,23	-	3,13	-	0,49	-	0,46	4,08	0,69	
MA	-	2,36	0,36	2,33	18,18	-	5,68	-	3,70	0,20	-	0,11	
MG	-	1,57	1,87	2,33	-	3,13	-	0,25	-	2,77	2,04	1,30	
MS	-	-	0,26	-	-	40,63	-	-	-	0,15	-	0,52	
MT	-	-	0,56	9,30	-	3,13	1,14	-	-	0,09	-	0,21	
PA	-	0,79	0,43	2,33	18,18	-	38,64	0,99	1,85	0,24	-	0,15	
PB	1,47	1,57	1,01	-	-	-	1,14	8,89	-	0,82	-	0,53	
PE	13,24	5,51	0,82	-	-	-	1,14	48,89	3,70	0,71	-	1,36	
PI	-	1,57	0,46	2,33	9,09	-	-	1,23	64,81	0,05	-	0,10	
PR	1,47	-	0,65	2,33	9,09	9,38	5,68	1,98	-	0,96	4,08	2,89	
RJ	4,41	1,57	0,95	-	-	-	1,14	1,73	-	69,85	-	1,09	
RN	-	0,79	0,52	-	-	-	-	0,99	3,70	0,45	-	0,18	
RO	-	-	0,26	-	-	-	-	-	-	0,11	-	0,11	
RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,04	-	-	
RS	2,94	1,57	1,05	2,33	-	3,13	6,82	0,49	-	1,19	69,39	1,30	
SC	-	-	0,16	-	-	-	-	0,25	-	0,40	4,08	0,50	
SE	1,47	-	0,16	-	-	-	-	0,74	-	0,06	-	0,22	
SP	7,35	7,87	3,18	6,98	9,09	6,25	2,27	8,89	7,41	4,36	4,08	66,24	
TO	-	-	0,65	2,33	-	-	-	-	-	0,03	-	0,06	
Origem externa	1,47	6,30	2,06	4,65	-	28,13	2,27	3,21	1,85	14,09	10,20	2,31	
Sem informação	47,06	-	24,29	-	36,36	-	26,14	12,10	7,41	0,27	-	18,30	

Fontes: dados elaborados pelos autores a partir de informações das SSPs de AL, BA, DF, GO, MA, MS, PA, PE, PI, RJ, RS e SP; CBC, Imbel, Rossi e Taurus; e DFPC/ Exército Brasileiro.

De acordo com a tabela 6, as armas rastreadas de fabricação estrangeira tiveram em grande parte sua procedência de fora do país (89,62%). Apesar disso, entre os três estados identificados, o maior percentual ficou no Rio Grande do Sul (4,46%) e no Rio de Janeiro (2,89%). Por último, o percentual de “sem informação” para identificação de UF ficou em 2,94%.

Tabela 6 - armas de fogo rastreadas de fabricação estrangeira apreendidas no Rio de Janeiro segundo UF do primeiro comprador por UF de apreensão:

País de venda	UF de apreensão
RJ	2,89
RS	4,46
SP	0,09
Origem externa	89,62
Sem informação	2,94

Fontes: dados elaborados pelos autores a partir de informações das SSP do RJ e ATF, DFPC/ Exército Brasileiro e Embaixada da Argentina.

Em relação à tabela 7, as armas de fogo de fabricação nacional, segundo o segmento de venda para o primeiro comprador, é possível observar que em todas as UFs o maior percentual de apreensão é do segmento do mercado civil interno, seguido do poder público – com exceção dos estados de Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, onde o percentual é idêntico ao do mercado externo (28,13% para o primeiro estado e 10,20% para o segundo). Os estados de Alagoas (47,06%), Maranhão (27,27%), Pará (26,14%) e Distrito Federal (23,63%) são as UFs com maior percentual de apreensões sem informação de segmento.

Tabela 7 – armas de fogo rastreadas de fabricação nacional segundo segmento de venda do primeiro comprador por UF de apreensão:

Tipo de Segmento	UF de apreensão											
	AL	BA	DF	GO	MA	MS	PA	PE	PI	RJ	RS	SP
Mercado externo	1,47	6,30	2,06	4,65	-	28,13	3,41	3,21	1,85	14,09	10,20	2,30
Mercado civil interno	30,88	76,38	55,58	74,42	54,55	43,75	57,95	55,56	61,11	67,49	79,59	59,59
Poder público	20,59	17,32	18,72	20,93	18,18	28,13	12,50	29,14	29,63	18,39	10,20	22,65
Sem informação	47,06	-	23,63	-	27,27	-	26,14	12,10	7,41	0,03	-	15,47

Fontes: dados elaborados pelos autores a partir de informações das SSPs de AL, BA, DF, GO, MA, MS, PA, PE, PI, RJ, RS e SP; CBC, Imbel, Rossi e Taurus; e DFPC/ Exército Brasileiro.

As armas de fogo rastreadas de fabricação estrangeira, segundo segmento de venda para o primeiro comprador, possuem dados somente para Rio de Janeiro e São Paulo. O mercado externo representa o maior percentual nestes dois estados (89,31% para o primeiro e 81,32% para o segundo).

Tabela - armas de fogo rastreadas de fabricação estrangeira apreendidas no Rio de Janeiro segundo segmento de venda do primeiro comprador por UF de apreensão:

País de venda	UF de apreensão
Mercado externo	89,31
Mercado civil interno	9,13
Poder público	1,24
Sem informação	0,32

Fontes: dados elaborados pelos autores a partir de informações das SSP do RJ e ATF, DFPC/ Exército Brasileiro e Embaixada da Argentina.

Na tabela 8, as armas de fogo de fabricação nacional, segundo instituição do poder público como primeiro comprador, tiveram, na maioria das UFs, um maior percentual de armas vendidas às Polícias Militares – com exceção de Alagoas, onde a SSP representa 42,9%, da SSP do Rio Grande do Sul com 40%, e do Maranhão, onde a Aeronáutica representa 50% das armas apreendidas. O Exército também possui, em alguns estados, um percentual alto de armas rastreadas oriundas desta instituição. Entretanto, cabe ressaltar que armas rastreadas vendidas a esses órgãos de segurança

pública foram para instituições localizadas, em sua maioria, nas próprios UFs onde foram apreendidas. Além do mais, no caso das armas das Polícias Militares, a maior parte era de uso privado dos policiais.

Tabela 8 – armas de fogo rastreadas de fabricação nacional segundo primeiro comprador de instituição do poder público por UF de apreensão:

Instituição do poder público	UF de apreensão											
	AL	BA	DF	GO	MA	MS	PA	PE	PI	RJ	RS	SP
Aeronáutica	7,1	4,5	3,4	-	50,0	-	-	0,8	6,3	4,3	-	0,5
Corpo de Bombeiro	-	-	4,8	11,1	-	-	-	3,4	-	1,2	-	0,6
Exército	14,3	-	7,9	22,2	-	11,1	30,0	2,5	18,8	21,5	20,0	3,4
Guarda Municipal	-	-	0,2	-	-	-	-	-	-	0,2	-	0,6
Marinha	-	-	0,2	-	-	-	-	-	-	0,8	-	0,1
Polícia Civil	-	4,5	2,2	-	-	-	-	23,7	-	0,8	20,0	14,8
Polícia Federal	14,3	9,1	6,5	11,1	-	-	-	1,7	-	2,3	-	0,4
Polícia Militar	21,4	77,3	66,1	55,6	50,0	88,9	60,0	61,0	37,5	59,6	20,0	74,9
Polícia Rodoviária Federal	-	-	-	-	-	-	-	0,8	12,5	0,4	-	0,3
SSP	42,9	4,5	8,4	-	-	-	-	5,9	25,0	7,5	40,0	3,8
Outros órgãos públicos	-	-	0,4	-	-	-	10,0	-	-	1,4	-	0,6

Fontes: dados elaborados pelos autores a partir de informações das SSPs de AL, BA, DF, GO, MA, MS, PA, PE, PI, RJ, RS e SP; CBC, Imbel, Rossi e Taurus; e DFPC/ Exército Brasileiro.

Quando observamos o mesmo caso para as armas de fabricação estrangeira, no Rio de Janeiro, elas representaram na Polícia Militar 57,1% e Secretaria de Segurança Pública 38,1%, segundo a tabela 9.

Tabela 9 – armas de fogo rastreadas de fabricação estrangeira apreendidas no Rio de Janeiro segundo primeiro comprador de instituição do poder público por UF de apreensão:

País de venda	UF de apreensão
Aeronáutica	4,8
Exército	-
Polícia Militar	57,1
SSP	38,1

Fontes: dados elaborados pelos autores a partir de informações das SSP do RJ e ATF, DFPC/ Exército Brasileiro e Embaixada da Argentina.

Segundo a tabela 10, para as armas fabricadas internamente segundo a data de venda, observamos que há um aumento no percentual de apreensões a partir de 1988, com um aumento neste percentual entre 1993 e 1995. Os estados de Alagoas (32,84%), Pará (30,61%) e Distrito Federal (23,70%) foram os que apresentaram um maior aumento na apreensão, em 1995.

Tabela 10 – armas de fogo rastreadas de fabricação nacional segundo data de venda ao primeiro comprador por UF de apreensão:

Data de venda	UF de apreensão											
	AL	BA	DF	GO	MA	MS	PA	PE	PI	RJ	RS	SP
1971	-	-	-	-	-	-	-	0,74	-	-	-	-
1972	-	-	-	-	-	-	-	0,25	-	-	-	-
1973	-	-	-	-	-	-	-	0,49	-	-	-	-
1974	-	-	-	-	-	-	-	0,49	-	-	-	-
1975	-	-	-	-	-	-	-	1,48	-	-	-	-
1976	-	-	-	-	-	-	-	1,23	-	-	-	-
1977	-	-	-	-	-	-	-	1,48	-	-	-	-
1978	-	-	-	-	-	-	-	1,23	-	0,04	-	0,15
1979	-	-	-	2,33	-	-	-	0,99	-	0,02	-	0,09
1980	-	-	-	-	-	-	-	1,73	-	-	-	0,03
1981	-	0,78	-	-	-	-	-	0,74	-	0,10	-	0,06
1982	-	-	-	-	-	-	-	0,25	-	0,01	-	-
1983	-	-	-	-	-	-	-	0,74	-	0,26	-	0,03
1984	-	-	-	-	-	-	-	0,49	-	0,33	-	0,09
1985	-	4,65	-	-	-	5,71	-	3,46	-	0,25	-	0,19
1986	-	2,33	-	2,33	-	-	-	4,44	-	0,05	2,04	0,06
1987	-	4,65	0,08	2,33	-	2,86	-	2,22	-	0,92	6,12	0,03
1988	4,48	2,33	4,65	4,65	16,67	5,71	-	1,73	5,56	3,48	-	9,51
1989	8,96	6,98	8,69	6,98	-	5,71	14,29	4,20	11,11	9,66	6,12	10,83
1990	13,43	9,30	10,29	11,63	-	11,43	6,12	5,43	16,67	7,60	2,04	9,38
1991	10,45	7,75	10,44	13,95	-	17,14	10,20	9,38	16,67	8,69	6,12	10,43
1992	1,49	5,43	5,72	6,98	16,67	-	2,04	3,46	5,56	7,35	4,08	5,74
1993	11,94	10,85	7,77	13,95	16,67	-	10,20	14,81	11,11	8,83	4,08	11,08
1994	4,48	7,75	16,31	18,60	-	17,14	8,16	9,38	16,67	11,35	8,16	10,74
1995	32,84	10,85	23,70	4,65	16,67	14,29	30,61	12,84	5,56	16,56	10,20	12,07
1996	2,99	6,98	8,77	6,98	16,67	2,86	12,24	4,44	5,56	9,75	18,37	5,68
1997	8,96	9,30	1,91	2,33	16,67	5,71	6,12	7,41	5,56	5,58	10,20	6,70
1998	-	2,33	0,30	-	-	-	-	0,25	-	4,19	2,04	1,98
1999	-	3,10	0,61	-	-	5,71	-	2,22	-	2,51	2,04	1,67
2000	-	0,78	0,30	-	-	-	-	0,25	-	0,94	10,20	0,49
2001	-	3,10	0,23	-	-	-	-	0,49	-	1,08	8,16	1,17
2002	-	-	0,15	2,33	-	-	-	0,99	-	0,33	-	0,86
2003	-	0,78	0,08	-	-	5,71	-	0,25	-	0,04	-	0,86
2004	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,04	-	0,06
2005	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,06	-	-

Fontes: dados elaborados pelos autores a partir de informações das SSPs de AL, BA, DF, GO, MA, MS, PA, PE, PI, RJ, RS e SP; CBC, Imbel, Rossi e Taurus; e DFPC/ Exército Brasileiro.

De acordo com a tabela 11, para as armas fabricadas no exterior segundo a data de venda, observamos que no Rio de Janeiro a apreensão concentra-se entre os anos de 1994-1996 e em São Paulo entre 2004-2005.

Tabela 11 - armas de fogo rastreadas de fabricação estrangeira apreendidas no Rio de Janeiro segundo data de venda ao primeiro comprador por UF de apreensão:

Data de venda	UF de apreensão
1922	0,13
1932	0,13
1937	0,13
1938	0,25
1941	0,13
1949	0,25
1950	0,13
1952	0,13
1955	0,13
1958	0,38
1960	0,51
1961	0,25
1962	0,13
1965	0,38
1968	0,13
1969	0,13
1972	0,13
1976	0,76
1977	0,89
1978	0,63
1979	0,76
1980	0,89
1981	0,76
1982	0,63
1983	0,13
1984	0,13
1985	0,51
1986	0,51
1987	0,51
1988	0,89
1989	2,41
1990	1,52
1991	4,18
1992	3,04
1993	3,80
1994	20,03
1995	22,43
1996	15,46
1997	7,73
1998	0,25
1999	0,25
2000	2,15
2001	0,89
2002	2,28
2003	1,77
2004	0,38

Fontes: dados elaborados pelos autores a partir de informações das SSP do RJ e ATF, DFPC/ Exército Brasileiro e Embaixada da Argentina.

Na tabela 12, descrevemos as listas geradas para rastreamentos e as informações recebidas para os casos que caracterizaram os usuários finais. Conforme descrito na tabela 1, a apreensão representa 100% porque é a base gerada para avaliação. O percentual acima de 100, nas armas enviadas para rastrear, ocorre por causa da adição de outras marcas, que têm ou tiveram relação com algum fabricante, como é o caso da Imbel em Alagoas. O Rio de Janeiro, em números absolutos, teve a maioria dos casos de pedidos de rastreamentos, que não se efetivaram em respostas bem sucedidas, já que, em média, obteve o menor percentual de respostas.

O Piauí apresentou os maiores percentuais de rastreamentos respondidos, que, em média, resultou em 85,8%, seguido pelo Distrito Federal (84,2%) e Alagoas (42,5%). O maior percentual de armas rastreadas, segundo fabricantes, foi 62,6%, em média, para a Imbel; 54,3% para Taurus, 53,2% para CBC, 40,2% para Boito e 29,3% para Rossi.

Tabela 12 – percentual de rastreamentos de armas de fogo respondidos segundo usuário final por marca e UF de apreensão:

UF	Etapa	Boito	Caramuru	Castelo	CBC	Chapina	FAM	Imbel *	INA	Lerap	Rossi	Taurus	Urko	URU
AL	Apreendidas	100,0	100,0	100,0	100,0	-	-	100,0	100,0	-	100,0	100,0	-	-
	Enviadas para rastreamentos	85,7	-	-	81,5	-	-	133,3	-	-	76,7	83,8	-	-
	Rastreamentos respondidos	25,0	-	-	50,0	-	-	50,0	-	-	36,1	51,6	-	-
DF	Apreendidas	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-
	Enviadas para rastreamentos	81,2	-	-	87,3	-	-	88,3	0,4	-	82,5	85,8	-	-
	Rastreamentos respondidos	82,1	-	-	76,8	-	-	86,3	100,0	-	77,0	82,8	-	-
MA	Apreendidas	-	100,0	-	-	-	-	-	100,0	-	100,0	100,0	-	-
	Enviadas para rastreamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	89,1	92,6	-	-
	Rastreamentos respondidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24,4	38,4	-	-
PA	Apreendidas	100,0	-	100,0	100,0	-	-	100,0	100,0	-	100,0	100,0	-	-
	Enviadas para rastreamentos	80,0	-	-	100,0	-	-	40,0	-	-	65,3	59,8	-	-
	Rastreamentos respondidos	-	-	-	50,0	-	-	50,0	-	-	22,1	42,9	-	-
PI	Apreendidas	100,0	100,0	-	100,0	-	-	100,0	100,0	-	100,0	100,0	-	-
	Enviadas para rastreamentos	83,3	-	-	70,0	-	-	100,0	-	-	75,0	81,5	-	-
	Rastreamentos respondidos	80,0	-	-	71,4	-	-	100,0	-	-	-	91,6	-	-
RJ	Apreendidas	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Enviadas para rastreamentos	55,2	35,4	14,7	57,5	16,7	2,8	50,1	17,8	17,5	56,9	55,1	50,2	56,6
	Rastreamentos respondidos	14,0	1,4	1,3	17,5	-	-	26,5	1,6	-	16,5	18,7	11,3	-

Nota: *Foram incluídos fuzis FAL para o estado do RJ. Foram incluídas submetralhadoras INA para os estados de AL, DF e RJ.

Fontes: dados elaborados pelos autores a partir de informações das SSPs de AL, DF, MA, PA, PI e RJ; e Sinarm/ Polícia Federal.

A tabela 13 apresentou treze países que poderiam ter armas de fogo com respostas de rastreamentos; destes, somente França e Israel não deram resposta. O Distrito Federal apresentou a maior média de rastreamentos respondidos por país de fabricação (73,2%), seguido de Alagoas (20,%), Pará (14,3%) e Rio de Janeiro (3,4%). Excluindo os países que tiveram respostas apenas para um estado, que foi o caso de Bélgica, Chile, China e Rússia para o Distrito Federal; o maior percentual de respostas ficou com a Áustria: 70,8%. O que pode ser explicado pelas autorizações de importações feitas na metade da década de 1990.

Tabela 13 – percentual de rastreamentos de armas de fogo respondidos segundo usuário final por país de fabricação e UF de apreensão:

País de fabricação	AL			DF		
	Apreendidas	Enviadas para rastreamentos	Rastreamentos respondidos	Apreendidas	Enviadas para rastreamentos	Rastreamentos respondidos
Alemanha	100,0	100,0	-	100,0	57,7	60,0
Argentina	100,0	45,5	20,0	100,0	79,2	51,2
Áustria	100,0	100,0	100,0	100,0	88,9	87,5
Bélgica	-	-	-	100,0	16,7	80,0
Chile	-	-	-	100,0	100,0	100,0
China	-	-	-	100,0	100,0	100,0
Espanha	100,0	50,0	-	100,0	37,0	51,9
EUA	100,0	74,4	-	100,0	71,9	49,8
França	-	-	-	100,0	-	-
Israel	-	-	-	-	-	-
Itália	100,0	-	-	100,0	86,4	67,3
República Tcheca	-	-	-	100,0	80,8	57,1
Rússia	-	-	-	100,0	50,0	100,0

Fontes: dados elaborados pelos autores a partir de informações das SSPs de AL, DF, MA, PA, PI e RJ; e Sinarm/ Polícia Federal.

Tabela 13 – continuação:

País de fabricação	PA			RJ		
	Apreendidas	Enviadas para rastreamentos	Rastreamentos respondidos	Apreendidas	Enviadas para rastreamentos	Rastreamentos respondidos
Alemanha	100,0	-	-	100,0	18,4	3,5
Argentina	100,0	66,7	-	100,0	54,2	10,1
Áustria	100,0	66,7	-	100,0	55,8	24,9
Bélgica	100,0	50,0	-	100,0	10,0	-
Chile	-	-	-	100,0	65,4	-
China	-	-	-	100,0	71,6	-
Espanha	100,0	-	-	100,0	22,7	0,5
EUA	100,0	31,8	14,3	100,0	41,2	1,6
França	-	-	-	100,0	35,8	-
Israel	-	-	-	100,0	74,1	-
Itália	100,0	-	-	100,0	36,5	2,9
República Tcheca	100,0	100,0	-	100,0	48,3	0,9
Rússia	-	-	-	100,0	36,7	-

Fontes: dados elaborados pelos autores a partir de informações das SSPs de AL, DF, MA, PA, PI e RJ; e Sinarm/ Polícia Federal.

Na tabela 14, ao direcionarmos nosso olhar para as armas de fogo rastreadas adquiridas por usuários finais segundo o país do fabricante e a UF de apreensão, percebe-se que o Brasil aparece como o fabricante de 90% das armas apreendidas em todas as UFs. De certa forma, esse era um quadro esperado, já que as respostas de rastreamentos oriundas do Sinarm se concentram no mercado civil interno, e o Brasil, além de uma indústria competitiva, possui mercado bastante fechado para importação de armas e munições

Tabela 14 - armas de fogo rastreadas segundo país do fabricante por usuário final e por UF de apreensão:

País Fabricante	UF de apreensão					
	AL	DF	MA	PA	PI	RJ
Alemanha	-	0,2	-	-	-	0,1
Argentina	0,2	1,0	-	-	-	1,4
Áustria	0,1	0,1	-	-	-	1,3
Bélgica	-	0,0	-	-	-	-
Brasil	99,6	95,4	100,0	99,4	100,0	96,3
Chile	-	0,0	-	-	-	-
Espanha	-	0,1	-	-	-	0,0
EUA	-	2,0	-	0,6	-	0,7
Itália	-	1,0	-	-	-	0,2
República Tcheca	-	0,1	-	-	-	0,0
Rússia	-	0,0	-	-	-	-

Fontes: dados elaborados pelos autores a partir de informações das SSPs de AL, DF, MA, PA, PI e RJ; e Sinarm/ Polícia Federal.

De acordo com a tabela 15, entre as armas de fogo que foram rastreadas adquiridas segundo o tipo de usuário final e a UF de apreensão, o maior percentual é de pessoa física em quase todas as unidades da federação, sendo o Maranhão o que apresenta maior percentual (89,7%) e o Piauí o menor (32,75). Além disso, no Pará se encontra um grande percentual de armas apreendidas que foram registradas por empresas de segurança privada, 29,1%. O Piauí (63,4%) e o Distrito Federal (39%) têm o maior percentual de apreensão sem informação de tipo de usuário final.

Tabela 15 – armas de fogo rastreadas segundo tipo de usuário final por UF de apreensão:

Tipo de usuário final	UF de apreensão					
	AL	DF	MA	PA	PI	RJ
Empresa	1,1	0,4	1,7	1,7	0,4	1,1
Exterior	-	0,0	-	-	-	-
Fábrica	-	0,0	-	-	-	-
Loja de arma	0,4	0,6	-	-	0,4	0,1
Pessoa física	75,2	54,7	89,7	59,2	32,7	76,8
Pessoa jurídica	-	0,0	-	-	-	-
Poder público	1,7	2,3	3,4	1,7	2,5	0,8
Segurança privada	3,7	2,9	3,4	29,1	0,7	21,1
Sem informação	17,9	39,0	1,7	8,4	63,4	0,1

Fontes: dados elaborados pelos autores a partir de informações das SSPs de AL, DF, MA, PA, PI e RJ; e Sinarm/ Polícia Federal.

Na tabela 16, já era esperado que majoritariamente fosse identificado o Brasil como o país da maioria das vendas, já que nos baseamos nos registros do Sinarm. Mas registramos aqui, embora número baixo, os percentuais de identificação de vendas na Argentina, EUA e Paraguai.

Tabela 16 – armas de fogo rastreadas segundo país de venda para usuário final por UF de apreensão:

País de venda para usuário final	UF de apreensão					
	AL	DF	MA	PA	PI	RJ
Argentina	-	0,01	-	-	-	-
Brasil	82,22	61,45	98,28	91,62	36,62	99,88
EUA	-	0,03	-	-	-	0,01
Paraguai	-	0,02	-	-	-	0,01
Sem informação	17,78	38,49	1,72	8,38	63,38	0,10

Fontes: dados elaborados pelos autores a partir de informações das SSPs de AL, DF, MA, PA, PI e RJ; e Sinarm/ Polícia Federal.

A tabela 17 diz respeito às vendas para usuários segundo a UF de venda e de apreensão. Seguindo a tendência apresentada na tabela 5, o percentual das armas de

fogo, apreendidas na mesma UF onde foram vendidas ao usuário final, é rigorosamente alto. Contudo, a exceção fica por conta do estado do Maranhão (42,11%), que possui um maior percentual de apreensão de armas vendidas em São Paulo. As armas vendidas em São Paulo também possuem um percentual de apreensão alto nos estados de Alagoas (24,69%) e Piauí (26,32%). Já no Distrito Federal é do estado de Goiás que provém o segundo percentual de apreensão, com 20,31%. Por último, estados como o Distrito Federal e, especialmente, Rio de Janeiro, tiveram a maioria das armas apreendidas registradas por usuários finais no próprio estado, respectivamente 52,44% e 67,13%.

Tabela 17 – armas de fogo rastreadas vendidas para usuário final segundo UF de venda por UF de apreensão:

UF de venda	UF de apreensão					
	AL	DF	MA	PA	PI	RJ
AC	-	0,20	-	-	-	0,11
AL	35,12	0,34	-	-	-	0,68
AM	0,61	0,27	1,75	-	-	0,32
AP	-	0,05	-	0,61	-	0,06
BA	1,69	0,52	-	1,23	-	0,49
CE	1,53	0,92	3,51	1,23	4,21	0,74
DF	0,92	52,44	1,75	1,23	4,21	1,29
ES	-	0,06	-	-	-	0,42
GO	3,99	20,31	7,02	4,29	6,32	1,85
MA	0,77	0,33	15,79	1,84	5,26	0,23
MG	0,46	1,55	3,51	1,23	1,05	1,73
MS	0,15	0,50	-	1,23	-	0,77
MT	0,46	0,75	-	1,84	1,05	0,32
PA	0,15	0,36	7,02	52,15	-	0,21
PB	5,67	1,61	7,02	0,61	1,05	2,38
PE	18,25	2,05	1,75	6,13	2,11	2,44
PI	0,15	0,52	3,51	-	46,32	0,19
PR	1,69	1,00	-	1,84	1,05	1,64
RJ	0,61	2,30	1,75	1,84	-	67,13
RN	0,31	0,64	3,51	1,84	-	1,03
RO	-	0,22	-	-	-	0,10
RR	-	0,06	-	-	-	0,06
RS	0,61	0,41	-	2,45	-	0,43
SC	1,23	0,47	-	1,23	-	0,43
SE	0,77	0,06	-	-	-	0,15
SP	24,69	11,61	42,11	17,18	26,32	14,72
TO	0,15	0,44	-	-	1,05	0,08

Fontes: dados elaborados pelos autores a partir de informações das SSPs de AL, DF, MA, PA, PI e RJ; e Sinarm/ Polícia Federal.

5. Conclusão

Ao longo desses cinco anos, viemos prestando apoio técnico em análises de rastreamentos de armas, e buscamos agora consolidar esses resultados à luz das últimas fontes analisadas. E estes demonstram que têm fundamento algumas das reivindicações da sociedade civil organizada, como a Rede Desarma Brasil, quando clama por uma política doméstica de controle de armas mais rigorosa, e com capacidade para deter o contrabando de armas vindas do exterior.

O Estatuto do Desarmamento pode contribuir para o primeiro objetivo, porque conforme observamos ao avaliar os dados dos rastreamentos, o principal canal de desvio de armas de fogo para a ilegalidade são aquelas adquiridas internamente. O Estatuto contribui porque ele torna mais ágil a fiscalização, devido à centralização dos registros de licenças de posse de armas de fogo. Por outro lado, os sistemas de informações de armas de fogo no Brasil (Sinarm e Sigma) precisam ser integrados entre si, e ser melhor “alimentados” pelos órgãos de controle estaduais, facilitando o necessário rastreamento das armas que circulam na ilegalidade.

Afora essas questões estruturais, o presente relatório aponta que a maior parte das armas apreendidas nos estados selecionados foi vendida nesses próprios estados. O que demonstra que uma das razões da frequência dos desvios de armas de fogo para a ilegalidade é gerada pela ausência de regulação do controle interno. Resta a outra perna do problema: as armas estrangeiras que ingressaram no Brasil. Países como EUA e Paraguai, a partir da análise dos dados, foram caracterizados como ponto de partida ou de passagem para os canais de desvios externos. Em relação aos EUA, o país que tem o maior número de armas apreendidas no Brasil, e por isso tem uma base de dados mais heterogênea quanto a tipo e calibre das armas. Mesmo assim, observou-se que armas de uso restrito foram adquiridas, em sua maioria, diretamente nos EUA, enquanto as armas de uso permitido foram comercializadas, em sua maioria, dentro do Brasil. Em relação ao Paraguai, identificou-se como um importante ponto de passagem de armas de origem norte-americanas, e também de armas brasileiras de uso restrito.

Finalmente, a avaliação dos rastreamentos, em conjunto com a experiência adquirida por essa equipe de pesquisa, nos leva à conclusão de que as fontes de desvios de armas de fogo para a ilegalidade podem ser divididas em dois grupos: o primeiro diz respeito às armas de uso permitido, em que a principal fonte tem sido o mercado interno; o segundo consiste nas armas de uso restrito, onde o mercado externo tem sido a principal fonte.

Referências bibliográficas

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as organizações do criminosas do tráfico de armas**. Câmara dos Deputados. Brasília, p. 480. 2006.

DREYFUS, P.; NASCIMENTO, M. S. Posse de Armas de Fogo no Brasil: mapeamento das armas e seus proprietários. In: FERNANDES, R. C. **Brasil: as armas e as vítimas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005. p. 126-196.

DREYFUS, P.; NASCIMENTO, M. S.; PURCENA, J. C. **Ranking dos Estados no Controle de Armas: Análise Quantitativa e Qualitativa dos Dados sobre Armas de Fogo Apreendidas no Brasil**. Viva Comunidade. Rio de Janeiro, p. 93. 2010.

DREYFUS, P.; PURCENA, J. C. Pegando o Touro pelos Chifres. **Asteriskos - Revista de Estudos Internacional e da Paz**, Corunha, nº. 7/8, 2009. 55-87.

HOGG, I.; ADAM, R. **Jane's Gun: Recognition Guide**. 2ª. ed. Glasgow: HarperCollins, 2000.

NASCIMENTO, M. D. S.; PURCENA, J. C. **Estoques e Distribuição de Armas de Fogo no Brasil**. Viva Comunidade. Rio de Janeiro, p. 34. 2010. (Prelo).

SHIDELER, D. **2009 Standard Catalog of Firearms**. 19th. ed. Iola: Gun Digest Books, 2008.

STOEGER PUBLISHING COMPANY. **Gun Trader's Guide**. 28th. ed. Wayne: Stoeger Publishing Company, 2005.